

AO MENOS BOM SENSO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 03.08.1982

A crise econômica brasileira, desencadeada em 1974, agravou-se em 1979 em função do segundo choque do petróleo e da elevação dramática das taxas de juros internacionais, ao mesmo tempo que, internamente, a taxa de inflação mudava de patamar, quase dobrando nesse ano.

Diante do agravamento da crise a política econômica brasileira, que até então vinha procurando contemporizar os problemas, perdeu rumo: em 1979 e 1980 tivemos a irresponsável aventura desenvolvimentista da maxidesvalorização seguida de prefixação da correção cambial e da correção monetária; e em 1981, a grande recessão industrial.

Através dessas medidas esquizofrenicamente contraditórias o Governo revelava sua desorientação. Seu objetivo era recuperar graus de liberdade para sua própria política econômica, mas os resultados eram sistematicamente catastróficos: ou a inflação e o desequilíbrio da balança comercial explodiam, ou penalizava-se a indústria e levava-se os trabalhadores ao desemprego.

Em 1982 as coisas começaram a ser colocadas nos eixos. A crise de liquidez foi abrandada. A economia apresentou sinais de recuperação. O Governo voltava a compreender suas limitações e a aceitar a idéia de ir contemporizando. De fato, já que as autoridades econômicas não têm uma verdadeira alternativa de política econômica, a melhor solução, conforme tem sugerido João Sayad, é deixar o barco correr, é procurar ser o mais neutro possível em matéria de política econômica.

Mais eis que dois fenômenos perfeitamente explicáveis acontecem: a taxa de inflação volta a acelerar-se e as nossas exportações caem.

Diante disso, empresários e economistas ortodoxos ligados ao Governo (e alguns desavisados membros da oposição) se puseram a fazer críticas e sugestões. E especialmente neste último mês assistimos a um verdadeiro festival de sugestões de política

econômica. “Vamos fazer nova recessão. Vamos acabar já com os subsídios. Vamos suspender os projetos das empresas estatais. Vamos reduzir as tarifas alfandegárias para obrigar a indústria a ser mais competitiva. Vamos apoiar nosso desenvolvimento na agricultura e na mineração”.

Estas sugestões têm um único sentido. Em nome das “sagradas leis do mercado”, pretendem-se desindustrializar ou argentinizar o Brasil. Um liberalismo econômico míope e de direita ameaça assim o país com a decadência.

Por isso foi um alívio que li o discurso do Sr. Antonio Delfin Neto. Depois de tantos erros da sua parte e de tantas críticas equivocadas, tivemos um rasgo de bom senso. O Ministro nada propôs, mas, sensível à posição majoritária da sociedade, disse um “não” a uma nova recessão, à brusca desaceleração das obras das empresas estatais, e à liquidação imediata dos subsídios à agricultura e às exportações. Lembrou que a indexação generalizada da economia brasileira impede o êxito de tratamento de choque, e salientou que o parque industrial brasileiro é um patrimônio que não pode ser destruído levemente.

É verdade que, em contrapartida, o Ministro na apresentou alternativas para a atual política econômica de temporização. Verifica-se, assim, mais uma vez, que é o Governo e não a oposição que não tem alternativas. Mas sem dúvida já é um alívio perceber que diante da crise o Ministro do Planejamento não perdeu a cabeça, ao contrário de muita gente que apóia o Governo mas propõe novamente um tratamento de choque para a economia.(03/08)